

ABRA SEU OLHO E...



Por trás da crise econômica e política que pode consumir um golpe contra a democracia brasileira, setores conservadores da sociedade – entre os quais a classe patronal – tramam retrocessos trabalhistas e sociais que podem gerar mais precarização e desemprego.

Para quem ainda não sabe, a maioria dos deputados e senadores foi eleita em 2014 com o dinheiro polpudo das empresas. Agora, em contrapartida, estão pagando os favores recebidos durante suas campanhas eleitorais. Aproveitam-se da crise política criada e alimentada por eles próprios para fazer tramitar 55 projetos de lei que, caso aprovados, vão acabar ou flexibilizar com vários direitos trabalhistas e sociais.

Você vai permitir que isso aconteça? Não? Então seja parceiro nesta luta! Ajude o sindicato a lutar contra os retrocessos, ajude o sindicato a ajudar você.

VEJA NESTA EDIÇÃO

- Federação e sindicatos elaboram carta para esclarecer o que está em jogo e pedir comprometimento maior de todos
- Conheça os 55 motivos para vocês estar com a gente na luta
- Movimento sindical vai às ruas para defender democracia, retomada do desenvolvimento e lutar contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos



Democracia, emprego, renda, direitos trabalhistas e sociais em risco

Dirigentes sindicais representantes da Federação dos Metalúrgicos do RS (FTM/CUT-RS) e dos 29 sindicatos filiados reuniram-se na quinta-feira, 17 de março, em Passo Fundo, para avaliar a conjuntura e definir os passos a serem dados pela categoria. O consenso: estão sob extremo risco a democracia, os empregos e os salários, além de inúmeros direitos trabalhistas e avanços sociais conquistados a duras penas no pas-

sado.

A crise econômica mundial – aqui no Brasil agravada pelos desdobramentos políticos do circo montado na chamada Operação Lava Jato pela grande mídia, pelo empresariado, por parte do Judiciário e pelos partidos que representam a elite brasileira, tudo para apejar Dilma da presidência e evitar que Lula volte à disputa em 2018 – ressuscitou o neoliberalismo que impõe retrocessos

à economia de países em desenvolvimento e às conquistas do povo trabalhador. Enquanto a mídia e o povo priorizam atenções ao debate político, 55 projetos nocivos à classe trabalhadores vão tramitando neste Congresso Nacional majoritariamente composto por deputados e senadores financiados por grandes empresas. As consequências a curto e médio prazos são desastrosas para nós.

No final do encon-

tro, os dirigentes sindicais decidiram elaborar uma “carta aos trabalhadores e trabalhadoras da categoria metalúrgica do Rio Grande do Sul” para esclarecer o que está em jogo e pedir um esforço, enfim, um comprometimento maior de todos na luta por empregos, por salários dignos, pela rejeição a projetos que tiram ou flexibilizam direitos, pela democracia...

A carta sugere mais união com os sindicatos e

movimentos que reivindicam a volta do desenvolvimento das empresas e do país, a geração de empregos e a democracia plena, mais organização, sair às ruas para protestar, reivindicar e denunciar – inclusive nas redes sociais – o oportunismo político e patronal que, por trás do debate político, pode gerar enormes prejuízos para a cidadania e para a vida dos milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

O que diz a carta à categoria metalúrgica gaúcha

OBJETIVOS

Alertar e sensibilizar a atenção de todos sobre a crise econômica e, com ela, o aumento do desemprego e seus efeitos sobre nossa categoria. Refletir sobre o que está acontecendo em nosso país e seus porquês? A Federação quer perguntar a você, metalúrgico/a, sobre sua disposição em agir em defesa de seu emprego, direitos e também em defesa da nossa curta, mas necessária, democracia. Por fim, lembrar que o ano de 2015 marcou a vida dos brasileiros devido a um contexto de economia em recessão e uma forte disputa política que contamina o desenvolvimento do País. No período, a produção industrial brasileira caiu 8,3% (voltando aos níveis de 2009, auge da crise econômica internacional), os juros altos voltaram e dificultaram o crédito, a inflação aumentou e come em nossa mesa, e o desemprego cresceu com a perda de 1,5 milhão de postos de trabalho formais. No Rio Grande do Sul, em 2015, foram admitidos 59.079 trabalhadores metalúrgicos e demitidos 88.230, o que levou à diminuição de 29.151 postos de trabalho.

ALERTA SOBRE A CRISE ECONÔMICA

O momento atual é grave, mas sabemos que pode mudar para pior ou para melhor. Basta olhar para nosso passado recente: vivemos e gostamos da ex-

periência do pleno emprego, da geração de renda, dos investimentos sociais e na produção e do desenvolvimento de setores importantes, como a indústria naval. Lembremos também da crise internacional e seus reflexos nacionais em 2009, que gerou desemprego, mas foi passageira e o crescimento foi retomado.

Nos últimos 12 anos houve um considerável aumento do número de metalúrgicos no Estado. Essa situação se deve, entre outros fatores, às políticas de incentivo à indústria e ao crédito promovidas pelo governo federal por meio de um Projeto de Desenvolvimento Econômico com Inclusão Social. No RS, em 2002, existiam 133.592 trabalhadores e, em 2014, já éramos 238.434, um aumento de 78%, ou seja, 104.842 novas vagas. Isto é prova de que significa investir no Brasil e no povo brasileiro.

O QUE AGRAVA A CRISE?

Em nível nacional, o governo agrava a crise com políticas equivocadas de ajuste fiscal, que vêm reduzindo o volume de investimentos em infraestrutura, somado a fatores econômicos internacionais, como a diminuição no ritmo de crescimento da China. Tudo isso em meio ao caldeirão da luta política pelo controle do País, que passa por cima dos processos democráticos e paralisa a nação.

Sabemos que a questão da corrupção foi e é grave. Defendemos que tudo deve

ser apurado e todos os culpados devem ser punidos, mas assistimos nessa partida o juiz apitando contra somente um lado, enquanto o outro faz pose de santo. A mídia faz um espetáculo e nos trata como palhaços (sem querer ofender nossos populares artistas), como se fôssemos incapazes de entender as cenas.

Em âmbito estadual, temos um governador com uma agenda neoliberal marcada pela redução do Estado, que está massacrando o funcionalismo público e complicando ainda mais a vida da população com o caos na segurança pública. Medidas como o aumento das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tornam o custo de vida no RS um dos mais altos do Brasil, com aumento de 25% para 30% no combustível, energia elétrica e telefonia, refletindo também na cesta básica.

O QUE FAZER?

É hora de mudança nos rumos da economia, pois nós, trabalhadores e trabalhadoras, estamos cansados de pagar a conta pelos ajustes. Todos estamos sendo convocados a descer das arquibancadas e entrar no jogo. A Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do RS/CUT e seus 29 sindicatos estão dispostos a convocar e organizar um movimento em defesa do emprego, da renda e dos direitos sociais. Por isso, exigimos:

- Que a presidenta Dilma mude a política econômica



por meio da redução a taxa de juros, volte a investir em infraestrutura e na construção de moradias, e volte a estimular o desenvolvimento e o crescimento da indústria, entre elas a naval, de extrema importância para a categoria metalúrgica e para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul;

- Que o governador Sartori revogue as medidas de aumento da carga tributária e valorize o funcionalismo, responsável pela prestação de serviços tão necessários à sociedade, como a saúde, a educação e a segurança pública;

- Que os empresários não encontrem no caminho fácil das demissões a saída para a crise. Há alternativas, uma vez que durante muitos anos receberam diversos incentivos e estímulos criados pelo governo, como os voltados para o investimento, a desoneração da folha de pagamento, a redução de impostos, a diminuição das tarifas de energia,

a redução da taxa básica de juros, entre outras medidas.

UNIÃO, ORGANIZAÇÃO E FORÇA

Nós, metalúrgicos e metalúrgicas, também precisamos fazer a nossa parte. Vamos às ruas para valorizar a democracia e lutar por empregos e renda. Vamos lutar para que os 55 projetos que retiram direitos sociais e da CLT – e que aceleradamente tramitam no Congresso Nacional – não sejam aprovados. Agora é a hora de mostrar a nossa força, pois corremos o risco de perder de goleada tudo o que foi conquistado nos últimos 10 anos pela classe trabalhadora.

OBS.: A carta é assinada pela Federação dos Metalúrgicos do RS e os 29 sindicatos filiados, entre os quais o de Porto Alegre e Cachoeirinha.



55 motivos para você estar com a gente na luta pelos seus direitos

Há muito tempo não se viam tramitando no Congresso Nacional tantos projetos representando retrocesso e ameaça a direitos e à democracia. Concretamente, caso a classe trabalhadora não reaja, há a possibilidade real de retirada, flexibilização ou até mesmo eliminação de direitos duramente conquistados ao longo da história no Brasil. Conheça abaixo as 55 ameaças a direitos tramitando no parlamento:

➤ 01 - PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado Regulamentação da terceirização sem limites, permitindo a precarização das relações de trabalho	➤ 20 - PDC 1358/2013 – Câmara Susta Norma Regulamentadora nº15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto	
➤ 02 - PEC 18/2011 – Câmara Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos	➤ 21 - PDC 1615/2014 – Câmara Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário	
➤ 03 - 427/2015 – Câmara Instituição do Acordo Extrajudicial de Trabalho, permitindo a negociação direta entre empregado e empregador	➤ 22 - PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara - Estabelecimento da jornada flexível de trabalho	
➤ 04 - PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara - Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho	➤ 23 - PL 3342/2015 – Câmara Estabelecimento do trabalho de curta duração	
➤ 05 - PL 1875/2015 – Câmara Suspensão de contrato de trabalho	➤ 24 - PEC 127/2015 – Senado Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal	
➤ 06 - PL 4193/2012 – Câmara Prevalência do negociado sobre o legislado	➤ 25 - PL 3871/2015 – Câmara Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, às regras do Código de Processo Civil	➤ 39 - PL 6726/2013 Estabelecimento de que a exploração do pré-sal seja feita sob o regime de concessão
➤ 07 - PL 7341/2014 – Câmara Prevalência das Convenções Coletivas do Trabalho sobre as Instruções Normativas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	➤ 26 - PL 3146/2015 – Câmara Reforma da execução trabalhista	➤ 40 - PEC 43/2015 – Senado Estabelecimento de independência do Banco Central
➤ 08 - PL 8294/2014 – Câmara Livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador, sem a participação do sindicato	➤ 27 - PL 5288/2009 – Câmara Substitutivo que estabelece a inexistência de cumprimento simultâneo dos requisitos de “utilização da terra” e de “eficiência na exploração” para comprovação da produtividade da propriedade rural	➤ 41 - PLS 555/2015 – Senado Privatização de todas as empresas públicas
➤ 09 - PL 3785/2012 – Câmara Regulamentação do trabalho intermitente por dia ou hora	➤ 28 - PLS 208/2012 – Senado Alteração da Lei 5.889/1973, que estabelece normas reguladoras do trabalho rural, e da Lei 10.101/2000, para “adequar” e “modernizar” a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas	➤ 42 - PLS 388/2015 – Senado Proibição de indicar dirigente sindical para conselheiros dos fundos de pensão públicos
➤ 10 - PL 1463/2011 – Câmara Estabelecimento do Código de Trabalho	➤ 29 - PLS 251/2010 – Senado Alteração da Lei no 1.079/1950, para definir como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse	➤ 43 - PL 37/2011 – Câmara Estabelecimento do Código de Mineração
➤ 11 - PL 5019/2009 – Câmara Redução da jornada com redução de salários	➤ 30 - PLS 107/2011 – Senado Alteração da Lei 8.629/1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade	➤ 44 - PEC 215/2000 Demarcação de terras indígenas
➤ 12 - PL 6411/2013 – Câmara Vedação da ultratividade das convenções ou acordos coletivos	➤ 31 - PL 4059/2012 – Câmara e PL 2269/2007 – Câmara - Regulamentação da compra de terra por estrangeiros	➤ 45 - PDS 147/2014 – Senado Cancelamento da política de Participação Social
➤ 13 - PL 6906/2013 – Câmara Criação de consórcio de empregadores urbanos para contratação de trabalhadores	➤ 32 - PLC 34/2015 – Senado Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos	➤ 46 - PL 5069/2013 – Câmara Alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando ainda mais as mulheres e profissionais de saúde
➤ 14 - PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado Regulamentação da EC 81/2014, do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal	➤ 33 - PLP 248/1998 – Câmara - Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho	➤ 47 - MPV 696/2015 – Senado Retirada do texto das políticas públicas do termo “gênero” e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres
➤ 15 - PL 450/2015 – Câmara Estabelecimento do Simples Trabalhista, criando outra categoria de trabalhador, com menos direitos	➤ 34 - PLP 1/2007 – Câmara - Instituição de limite de despesa com pessoal	➤ 48 - PL 478/2007 – Câmara Instituição do Estatuto do Nascituro – grande ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Criminalização generalizada das mulheres, inviabilizando, inclusive, o aborto previsto no Código Penal
➤ 16 - PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado - Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa	➤ 35 - PLP 92/2007 – Câmara Criação do Estatuto das Fundações Estatais	➤ 49 - PL 6583/2013 – Câmara Instituição do Estatuto da Família – retrocesso para grupos LGTBs e mulheres: não reconhecimento como família. Ficam fora do alcance de políticas do Estado
➤ 17 - 1408/2013 – Câmara e PDS 43/2015 – Senado - Susta a Norma Regulamentadora nº12 (NR-12), sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos	➤ 36 - PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores	➤ 50 - PEC 115/2015 – Senado Redução da maioria penal
➤ 18 - PL 5140/2005 – Câmara Execução trabalhista e aplicação do princípio da descon sideração da personalidade jurídica	➤ 37 - PEC 139/2015 – Câmara - Extinção do abono de permanência para o servidor público	➤ 51 - PL 3722/2012 – Câmara Instituição do Estatuto do Desarmamento
➤ 19 - PL 2409/2011 – Câmara Deslocamento do empregado até o local de trabalho e o seu retorno não integra a jornada de trabalho	➤ 38 - PL 6726/2013 – Câmara - Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal	➤ 52 - PLS 513/2011 – Senado Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais
		➤ 53 - PLS 2517/2015 – Senado Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo
		➤ 54 - PRC 191/2009 – Câmara Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais
		➤ 55 - PEC 99/2001 – Câmara Alteração da Constituição para que entidades de cunho religioso possam propor Ações de Constitucionalidade perante o STF



Movimento sindical vai às ruas

Objetivo maior é defender democracia, a retomada do desenvolvimento e lutar contra o ajuste fiscal e a retirada de direitos

Cerca de 50 mil pessoas tomaram as ruas do centro de Porto Alegre no fim da tarde desta sexta-feira, 18 de março, para defender a democracia e os direitos sociais e trabalhistas, e repudiar a tentativa de golpe articulada pela oposição ao governo de Dilma Rousseff, com o apoio dos grandes meios de comunicação, instituições empresariais, setores conservadores do Judiciário e uma elite que bate panelas como se estivesse passando fome.

A atividade foi organizada pela Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo e Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Entre os manifestantes estavam metalúrgicos da região, especialmente os da base de Porto Alegre e Cachoeirinha. Outras categorias importantes – professores, petroleiros, sapateiros, rodoviários,

metroviários, servidores públicos, trabalhadores/as da agricultura, da alimentação, comerciários etc – dividiram espaço com donas de casa, estudantes e militantes de inúmeros movimentos sociais.

Após a manifestação nas imediações da Esquina Democrática, os manifestantes fizeram uma passeata até o Largo Zumbi dos Palmares.

Defesa dos direitos e da democracia

Durante o ato público, o presidente estadual da CUT, Claudir Nespolo, fez a defesa da classe trabalhadora, que vem sofrendo as consequências da crise econômica agravada pela conjuntura política. Além de fazer uma crítica contundente contra

a Rede Globo e empresas coligadas, como a RBS, Nespolo conclamou a militância a impedir que a elite brasileira concretize um golpe aproveitando-se do momento de fragilidade da economia nacional. “Nós sabemos qual é a agenda dos golpistas, os mesmos que consideram ganância o Bolsa Família, o Prouni e outros programas sociais. Por trás da tentativa de golpe há ainda um ataque aos direitos dos trabalhadores. Precisamos nos unir e lutar contra tudo isso”, alertou o presidente da CUT-RS em referência aos projetos que podem causar retrocesso a direitos trabalhistas e sociais.

Outras personalidades como o advogado Tarso Genro e o sociólogo Emir Sader defenderam o estado democrático de



direito, que vem sendo vítima de pessoas que estimulam o ódio, a agressão e outros métodos fascistas para fazer oposição aos militantes que defendem a democracia e são contrárias ao impedimento de Dilma presidenta e Lula ministro. “Estamos defendendo o Estado democrá-

tico de direito, a presunção da inocência, e não aceitamos ser massacrados por essa mídia golpista. Não se conquista a democracia com a proteção do Eduardo Cunha, do Aécio Neves e outros corruptos que estão atrás desse processo de impeachment”, apontou Tarso.

INFORME ECONÔMICO

TRABALHADOR ASSALARIADO / INSS

Contribuição (R\$)	Alíquota
- Até R\$ 1.556,94	8%
- De R\$ 1.556,95 até R\$ 2.594,92	9%
- De R\$ 2.594,93 até R\$ 5.189,82	11%

PISO METALÚRGICO - OUTUBRO/2015

- Piso admissional:	R\$ 1.048,73
- Piso após 90 dias	R\$ 1.120,23

PISO REPARAÇÃO DE VEÍCULOS - NOVEMBRO/2015

- Piso:	R\$ 1.194,65 ou R\$ 5,43 p/h
- Aprendiz e borracheiro:	R\$ 1.067,37 ou R\$ 4,85 p/h

PISO MÁQUINAS AGRÍCOLAS - MAIO/2015

- Piso:	R\$ 1.124,20
---------	--------------

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL

- R\$ 880,00

PISO REGIONAL - RS

- De R\$ 1.006,88 a R\$ 1.275,00

SALÁRIO FAMÍLIA

Até R\$ 806,80	R\$ 41,37 por filho
De R\$ 806,81 a R\$ 1.212,64	R\$ 29,16 por filho
Acima de R\$ 1.212,64	Não tem direito

IMPOSTO DE RENDA - Tabela para 2015

Base de Cálculo	Alíquota	Parcela a deduzir:
Até 1.903,98	-	-
R\$ 1.903,99 até 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
R\$ 2.826,66 até 3.751,05	15%	R\$ 354,80
R\$ 3.751,06 até 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36

TABELA EXCLUSIVA PARA PLR

Valor da PLR anual	Alíquota	Parcela a deduzir:
Até R\$ 6.677,57	-	-
R\$ 6.677,58 até 9.922,27	7,5%	R\$ 500,82
R\$ 9.922,28 até 13.166,99	15%	R\$ 1.244,99
R\$ 13.167,00 até 16.380,37	22,5%	R\$ 2.232,51
Acima de R\$ 16.380,37	27,5%	R\$ 3.051,53

AUXÍLIO-CRECHE

Reembolso de R\$ 223,14 por filho, por um período de 18 meses, a contar do retorno do auxílio-maternidade. O benefício é válido apenas nas empresas com, no mínimo, 15 empregadas, desde que estas empresas não possuam creche própria ou convênio com creches particulares, em condições mais favoráveis.

EDITORIAL: Democracia e inclusão social

Embora os dirigentes sindicais tenham suas preferências políticas, o nosso sindicato - enquanto instituição que representa milhares de trabalhadores e trabalhadoras - não está indo às ruas para defender partidos e determinadas personalidades políticas, mas para defender a democracia e um projeto de desenvolvimento e inclusão social que, ao longo dos últimos anos, melhorou muito as condições de vida da população. Basta ver os indicadores sociais de nosso país.

Como não poderia ser diferente, somos contra a corrupção e entendemos que todos os envolvidos, independente de partidos e posições sociais, devem ser devidamente investigados e punidos, caso tenham cometido de fato os crimes denunciados.

Infelizmente, não é o que vem acontecendo, pois os casos de corrupção que envolvem os grandes meios de comunicação, as grandes empresas, os grandes empresários e gente muito rica e famosa, arrastam-se no Judiciário e sequer são abordados nos meios de comunicação. O foco único é Dilma, Lula, o PT e a esquerda em geral, fazer a opinião pública crer que a corrupção só existe de 2003 para cá e que a responsabilidade por ela existir é daqueles que mais a combateram porque criaram mecanismos de controle e reforçaram os órgãos de fiscalização, investigação e combate, como a Polícia Federal, por exemplo.

Na nossa opinião, há um golpismo sendo orquestrado pela grande imprensa, setores do Judiciário, órgãos de segurança, instituições patronais e uma oposição raivo-



sa que não se conforma com a derrota de 2014 e agora quer ganhar no tapetão.

Acreditamos que a crise política e econômica do país - turbinada pelos desdobramentos das sucessivas fases da Operação Lava Jato - está servindo de biombo, de cortina de fumaça para esconder a real intenção de quem defende os interesses da elite brasileira, que é transferir para o governo a culpa pela crise econômica, enfraquecer os partidos de esquer-

da e mais facilmente impor sua agenda política que visa a retirada ou a flexibilização de direitos trabalhistas e sociais.

Nossa luta é para que golpe não seja consumado, a democracia volte a imperar, as instituições voltem a funcionar, a crise seja enfrentada com o esforço de todos e os 55 projetos que hoje tramitam no Congresso Nacional não sejam aprovados. E você tem de estar com a gente nesta luta.

O jornal FOLHA METALÚRGICA é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Cachoeirinha.

Endereço: Rua Fernando Ferrari, nº 136 - Cachoeirinha/RS - CEP: 94.935-170 - Fone: 3041.1303

Presidente: Jairo Santos Silva Carneiro - Vice-presidente: Marcos Fernando Muller - Secretário de Imprensa: Alceu Siqueira

Assessoria de Imprensa: Geraldo Muzykant (Reg. Prof. nº 8658) - Projeto Gráfico e Diagramação: Jean Lazarotto

OBS.: A reprodução total ou parcial do conteúdo deste jornal é permitida desde que citada a fonte.

EXPEDIENTE: